

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	37
▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL	37
▶ LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	37
◆ Princípios da administração pública	37
◆ Princípio da eficiência.....	38
◆ Princípio da legalidade e a ideia de juridicidade.....	49
◆ Conceitos de legalidade e densidade normativa.....	50
◆ As reservas legais	53
◆ Reserva da administração	55
◆ Legalidade como juridicidade.....	55
◆ O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	60
◆ Princípio da moralidade	66
◆ Princípio da publicidade.....	70
◆ Princípio da proporcionalidade	75
◆ Diferença entre o princípio da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade.....	78
◆ Princípio da motivação	80
◆ A teoria dos motivos determinantes.....	81
◆ Princípio da motivação, presunção de legitimidade dos atos administrativos e ônus da prova.....	82
◆ Princípio do formalismo moderado	86
◆ Princípios da ampla defesa e do contraditório.....	87
▲ A natureza prévia da defesa	88
▲ As medidas cautelares administrativas	88
◆ Princípio da autotutela.....	90
◆ Princípio da segurança jurídica.....	92
◆ Princípio da impessoalidade.....	98

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	105
▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL	105
▶ DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	105
◆ Aplicabilidade do Decreto-Lei nº 200/67 a estados e municípios.....	107
◆ Descentralização e desconcentração	107
◆ Teoria do órgão.....	109
◆ Classificação dos órgãos públicos.....	111
◆ Exercício de competências administrativas – os “deveres-poderes” de Celso Antônio Bandeira de Mello	112

◆ Poder hierárquico, tutela e autotutela.....	112
◆ A administração direta e indireta	114
▲ Regime jurídico de direito público e regime jurídico de direito privado.....	118
▲ Autarquias	120
▲ As agências reguladoras independentes.....	123
▲ Agências executivas	126
▲ Fundações públicas	128
▶ LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	131
◆ Empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas).....	131
▲ Sobre a necessidade de autorização legal para criação de empresas estatais, suas subsidiárias e extinção dessas entidades	134
▲ As peculiaridades das empresas estatais estaduais e municipais	141
▲ Regime jurídico das empresas estatais brasileiras	142
▲ Regime de pessoal	145
▲ Regime de bens das empresas estatais.....	147
▲ Regime tributário	149
▲ Regime de licitações.....	152
▲ Regime contratual e possibilidade de celebração de compromisso de arbitragem	153
▲ Regime de responsabilidade civil.....	154
▲ A discussão sobre a possibilidade de submissão das estatais ao regime de falências.	154
▶ LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	157
◆ Os consórcios públicos	157
◆ Etapas da constituição dos consórcios.....	160
◆ Regime jurídico dos consórcios públicos.....	162
◆ Os contratos de rateio	164
◆ A retirada do ente federativo do consórcio	166
◆ A extinção do consórcio	166
◆ O contrato de programa.....	167
◆ Novos limites de valores para a definição da modalidade licitatória.....	168
◆ Nova hipótese de dispensa de licitação	169
◆ Segregação entre a promoção da licitação e a celebração do contrato.....	169

CAPÍTULO 3

REFORMA DO ESTADO E O TERCEIRO SETOR	199
◆ A reforma do Estado e o terceiro setor.....	199
◆ Os serviços sociais autônomos	202
◆ As organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público	206
◆ Controle do tribunal de contas	206
▶ LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	212
◆ As organizações sociais.....	212
◆ A ADIN 1923.....	214
◆ Requisitos para qualificação como organização social	221
◆ Processo seletivo	222

◆	Constituição do conselho de administração.....	225
◆	O contrato de gestão.....	228
◆	Execução e fiscalização do contrato de gestão.....	231
◆	Instrumentos de apoio às organizações sociais.....	232
◆	Hipóteses de desqualificação.....	234
◆	O Programa Nacional de Publicização – PNP.....	236
▶	LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	236
◆	As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.....	237
◆	Sobre a remuneração dos dirigentes das OSCIPS.....	242
◆	Requisitos para qualificação como OSCIP.....	244
◆	Hipóteses de desqualificação das OSCIPS.....	245
◆	O termo de parceria.....	246
◆	Execução e fiscalização do termo de parceria.....	247
◆	O regulamento de contratações.....	247
▶	LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	252
◆	O novo marco das parcerias.....	255
◆	Âmbito de aplicação.....	257
▲	O conceito de organizações da sociedade civil.....	257
▲	Aplicação aos demais entes federativos.....	258
▲	Aplicação às organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público.....	260
▲	Outras exceções ao âmbito de aplicação da Lei das Parcerias.....	260
◆	Princípios aplicáveis.....	263
◆	Os termos de colaboração e de fomento.....	267
◆	O procedimento de manifestação de interesse social.....	268
◆	O plano de trabalho.....	269
◆	O processo seletivo.....	272
◆	Os critérios de julgamento.....	272
◆	Composição da comissão de seleção.....	273
◆	A inversão das fases do processo seletivo.....	273
◆	Casos de dispensa.....	274
◆	Casos de inexigibilidade.....	275
◆	Requisitos para a celebração dos termos de cooperação e de fomento.....	278
▲	Objetivo de promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.....	278
▲	Constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente.....	278
▲	Previsão, nas normas internas de organização da entidade, de que, em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza.....	279
▲	Atendimento às normas brasileiras de contabilidade.....	279
▲	Prova de propriedade ou posse legítima do imóvel necessário à execução do objeto pactuado e documento que evidencie a situação das instalações e as condições materiais da entidade, quando essas instalações e condições forem necessárias para a realização do objeto pactuado.....	279

▲ Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa.....	279
▲ Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações.....	280
▲ Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual e relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles	280
▲ Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.....	280
▲ Regulamento de compras e contratações.....	280
◆ Realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei.....	282
◆ Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria	282
◆ Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto	282
◆ Aprovação do plano de trabalho.....	283
◆ Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública	283
◆ Emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública.....	283
◆ A figura do gestor do termo de colaboração ou fomento.....	283
◆ A atuação em rede – a subcontratação <i>sui generis</i> do marco das organizações da sociedade civil	284
◆ Cláusulas essenciais dos termos de colaboração ou de fomento	290
◆ Descrição do objeto e das obrigações das partes.....	290
◆ Valor total do repasse e o cronograma de desembolso.....	290
◆ Classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número, a data da nota de empenho e a declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.....	290
◆ Contrapartida, quando for o caso, e a forma de sua aferição em bens e/ou serviços necessários à consecução do objeto	290
◆ Vigência e as hipóteses de prorrogação.....	290
◆ Obrigação de prestar contas com definição de forma e prazos	291
◆ Forma de monitoramento e avaliação	291
◆ Obrigatoriedade de restituição de recursos e definição da titularidade dos bens e direitos remanescentes.....	291
◆ A estimativa de aplicação financeira e as formas de destinação dos recursos aplicados.....	291
◆ A prerrogativa do órgão ou da entidade transferidora dos recursos financeiros de assumir ou de transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade	291
◆ A obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria em instituição financeira indicada pela administração pública.....	291
◆ Livre acesso dos órgãos de controle	291
◆ Faculdade de rescisão do instrumento	291
◆ A indicação do foro	292

◆ Responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento dos recursos.....	292
◆ Pagamentos vedados com recursos públicos	295
◆ Pagamentos autorizados.....	295

CAPÍTULO 4

ATOS ADMINISTRATIVOS 311

► LEI DA AÇÃO POPULAR – LEI FEDERAL Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 311

◆ Conceito de atos administrativos.....	311
▲ Atos administrativos e atos da administração	312
▲ Atos administrativos e atos de governo.....	313
▲ Atos administrativos e fatos administrativos	314
▲ O silêncio administrativo	314
◆ Elementos dos atos administrativos	316
▲ Agente competente	316
▲ Forma.....	317
▲ Objeto.....	319
▲ Motivo.....	319
▲ A teoria dos motivos determinantes.....	320
▲ Finalidade	321
◆ Atributos dos atos administrativos.....	322
▲ Presunção de legitimidade	322
▲ Imperatividade	323
▲ A autoexecutoriedade e as medidas cautelares administrativas	324
◆ Classificação dos atos administrativos	328
▲ Quanto à liberdade na sua edição: atos discricionários ou vinculados	328
▲ Quanto à formação: atos simples, complexo ou composto.....	330
▲ Quanto aos efeitos: constitutivos ou declaratórios ou enunciativos.....	333
▲ Quanto aos destinatários: atos normativos ou concretos	333
◆ Licenças, autorizações e permissões.....	335
◆ Extinção ou desfazimento dos atos administrativos.....	337
▲ Extinção natural ou <i>ipso iuri</i>	337
▲ Extinção pelo desaparecimento do objeto.....	337
▲ Extinção pelo desaparecimento do sujeito	337
▲ Extinção por vontade do beneficiário.....	337
▲ Extinção por decisão da administração pública.....	337
◆ Convalidação ou sanatória	339
▲ Espécies de convalidação voluntária: a conversão, a reforma e a ratificação.....	339
▲ A sanatória involuntária: decadência administrativa	340

CAPÍTULO 5

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO 357

◆ Poder regulamentar ou normativo.....	357
▲ Competência para o exercício do poder regulamentar	358
▲ Poder regulamentar e princípio da legalidade.....	360

◆ Poder hierárquico e poder de tutela	363
◆ Poder de autotutela	364
◆ Poder disciplinar	364
◆ Poder de polícia	364
▲ Sentido restrito e sentido amplo de poder de polícia	366
▲ Polícia administrativa, polícia de segurança e polícia judiciária.....	366
▲ O ciclo do poder de polícia	367
▲ Características do poder de polícia.....	369
▲ Competência para exercício do poder de polícia.....	369
▲ Sobre a possibilidade de delegação do poder de polícia.....	373
▲ Compatibilidade com o regime de emprego público	376
▲ Limites ao exercício do poder de polícia	377

CAPÍTULO 6

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 395

▶ LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	395
◆ Conceito	395
◆ Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	396
▲ Normais gerais x normas específicas.....	396
▲ Lei 8.666/93 – Lei Nacional (Norma Geral) e Lei Federal (Norma Específica).....	396
▲ Outras normas gerais sobre licitações e contratos.....	397
▲ Normas federais específicas sobre licitações e contratos.....	397
◆ Pessoas subordinadas à licitação	398
▲ Autarquias especiais.....	398
▲ Autarquias profissionais.....	399
▲ Empresas estatais	399
▲ Organizações sociais e OSCIPS	399
▲ Serviços sociais autônomos.....	400
▲ Fundações de apoio	400
◆ Licitação para serviços de publicidade	403
◆ Finalidades da licitação.....	407
◆ Princípios explícitos e correlatos	410
◆ Princípio da legalidade	411
◆ Publicidade.....	411
◆ Vinculação ao instrumento convocatório	412
◆ Julgamento objetivo.....	412
◆ Princípio da competitividade	412
◆ Licitação e o princípio da eficiência	414
◆ Fase interna e externa da licitação.....	422
◆ Pressupostos de instauração da fase externa.....	423
◆ Projeto básico.....	424
◆ Cláusula de obtenção de recursos financeiros.....	425
◆ Regras de impedimento	429
▲ Impedimento do autor (pessoa física ou jurídica) do projeto básico e executivo.....	429

▲ Impedimento da pessoa jurídica vinculada ao autor do projeto.....	429
▲ Impedimento do agente público	430
◆ Regimes de execução.....	431
◆ Planejamento das compras.....	435
◆ Princípio da padronização	435
◆ Indicação de marcas e modelos	436
◆ Registro de preços	437
▲ Conceito e previsão legal	437
▲ Definições importantes.....	437
▲ Hipóteses de cabimento do registro de preços	438
▲ Procedimento do registro de preços.....	438
▲ Limites da ata de registro de preços.....	439
▲ Força vinculante da ata de registro de preços	440
▲ O “carona” no registro de preços	440
◆ Âmbito de aplicação do dispositivo.....	444
◆ Alienabilidade condicionada dos bens públicos.....	444
◆ Instrumentos de alienação	445
◆ Alienação de bens imóveis.....	446
◆ Alienação de bens móveis	446
◆ Alienação de bens imóveis adquiridos em procedimentos judiciais ou por dação em pagamento.....	447
◆ Licitações dispensadas.....	447
◆ Regras sobre os locais de publicação dos avisos.....	452
▲ Lei 8.666/93	452
▲ Lei 10.520/02.....	453
▲ Lei 12.462/11 (RDC)	453
◆ Prazos de intervalo mínimo.....	453
◆ Requisitos do edital.....	454
◆ Impugnação do edital.....	454
◆ Modificação no edital.....	454
◆ Modalidades x tipos de licitações	457
◆ Vedação da criação de outras modalidades de licitação e da combinação daquelas já existentes	458
◆ Concorrência.....	458
◆ Tomada de preços.....	459
◆ Convite.....	460
◆ Concurso	461
◆ Leilão	461
◆ Pregão	461
◆ Consulta pública.....	461
◆ Outros mecanismos prévios de seleção	462
◆ Escolha da modalidade de licitação em função do valor	463
◆ Consórcios públicos	464
◆ Adoção da modalidade mais rigorosa.....	464
◆ Parcelamento do objeto da licitação	464

◆ Contratação direta.....	472
◆ Licitações dispensáveis em razão do valor (art. 24, I, II e § 1º).....	473
◆ Situações de emergência ou calamidade pública.....	473
◆ Licitação deserta/frustrada e fracassada.....	474
◆ Remanescente de obra, serviço ou fornecimento (art. 24, XI).....	475
◆ Dispensa em razão do objeto.....	475
◆ Dispensa em razão da pessoa.....	476
◆ Pressupostos da licitação.....	484
◆ Inviabilidade de competição e inexigibilidade.....	484
▲ Fornecedor exclusivo (art. 25, I).....	484
▲ Serviços técnicos de natureza singular prestados por profissionais de notória especialização.....	485
▲ Serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da LLC.....	485
▲ Natureza singular do serviço.....	485
▲ Notória especialização.....	486
▲ Vedação da inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.....	486
▲ Atividades artísticas profissionais.....	486
◆ Procedimento de justificação.....	492
◆ Fase de habilitação.....	494
◆ Habilitação jurídica.....	497
◆ Regularidade fiscal.....	498
◆ Regularidade trabalhista.....	499
◆ Qualificação técnica.....	501
◆ Comprovação de aptidão para desempenho.....	501
◆ Qualificação econômico-financeira.....	505
◆ Consórcios.....	507
◆ Admissão da participação de consórcios.....	508
◆ Solidariedade entre os consorciados.....	508
◆ Fase externa da licitação.....	511
◆ Responsabilidade da assessoria jurídica.....	512
◆ Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	516
◆ Impugnação do edital.....	516
◆ Entrega dos envelopes.....	520
◆ Etapa de julgamento da habilitação.....	520
◆ Etapa de julgamento das propostas.....	521
▲ Desclassificação das propostas.....	521
▲ Inabilitação superveniente.....	522
◆ Escoimação de propostas.....	522
◆ Etapa de homologação e adjudicação.....	522
◆ Julgamento objetivo e tipos de licitações.....	526
◆ Menor preço.....	527
◆ Melhor técnica e técnica e preço.....	527
◆ Critérios de desempate.....	527
◆ Situações especiais.....	527

◆ Anulação e revogação da licitação	530
▲ Competência.....	530
▲ Revogação.....	531
◆ Anulação	531
◆ Adjudicação, direito subjetivo à contratação e indenização.....	532
◆ Concurso	537
◆ Leilão	539
◆ Contratos da administração, contratos administrativos e contratos privados da administração.....	540
◆ É possível que haja cláusulas exorbitantes em contratos privados celebrados pela administração?.....	541
◆ Características dos contratos administrativos.....	542
◆ Garantias contratuais.....	549
◆ Duração dos contratos	551
◆ Prorrogação contratual.....	552
◆ Cláusulas exorbitantes	556
◆ Intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato.....	557
▲ Quebra da equação econômico-financeira	558
▲ Instrumentos de recomposição da equação econômico-financeira	560
◆ Princípio do formalismo	570
◆ Convocação dos remanescentes.....	571
◆ Alterações consensuais.....	575
◆ Alterações unilaterais	575
◆ Limitações para alterações	576
◆ Manutenção da equação econômico-financeira dos contratos	577
◆ Poder de fiscalização.....	583
◆ Responsabilidades do contratado.....	584
◆ Inadimplemento/inexecução contratual	593
◆ Extinção dos contratos.....	593
◆ Rescisão do contrato administrativo.....	593
▲ Causas de rescisão.....	593
▲ Espécies de rescisão	594
▲ Consequência da rescisão por inadimplemento da administração, por razões de interesse público e por caso fortuito/força maior	595
▲ Exceção do contrato não cumprido.....	596
▲ Subcontratação.....	597
▲ Rescisão por razões de interesse público	597
▲ Causas justificadoras da inexecução sem culpa.....	598
◆ Âmbito de incidência das sanções	605
◆ Efeitos da aplicação das sanções.....	606
◆ Sujeitos das sanções	606
► LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.....	614
◆ Lei geral aplicável a todos os entes federados.....	614
◆ Princípios e espécies	615
◆ Cabimento do pregão	615

◆	Obrigatoriedade da utilização do pregão	616
◆	Fase interna do pregão	618
◆	Pregoeiro	618
◆	Fase externa do pregão	622
◆	Publicidade do instrumento convocatório	622
▲	Intervalo mínimo	622
◆	Formulação das propostas	623
◆	Julgamento e classificação das propostas e fase de lances	623
◆	Habilitação e proclamação do vencedor	624
◆	Recursos	624
◆	Adjudicação e homologação	625
▲	Adjudicação e direito subjetivo à contratação	625
▲	Convocação dos remanescentes	625
◆	Vedações	630
▶	LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	633
◆	Contexto de edição da lei	634
◆	Hipóteses autorizadoras da adoção do RDC	635
◆	Facultatividade da adoção do RDC	637
◆	Inconstitucionalidades arguídas em relação ao RDC	637
◆	Aplicabilidade do RDC aos estados, DF e municípios	637
◆	Princípios	640
◆	Licitações sustentáveis	641
◆	Necessidade de orçamento	643
◆	Desnecessidade de orçamento	643
◆	Sigilo do orçamento previamente estimado	644
◆	Inexistência de sigilo	645
◆	Formas de execução indireta previstas na Lei 8.666/93	648
◆	Contratação integrada	648
▲	Principais características da contratação integrada	649
▲	Pressupostos para adoção da contratação integrada	649
▲	Vedação de termos aditivos	650
◆	Escolha do regime de execução	650
◆	Projeto básico	651
◆	Projeto executivo	651
◆	Remuneração variável	652
◆	Procedimento do RDC	655
◆	Inversão das fases de habilitação e julgamento	656
◆	Forma presencial ou eletrônica	656
◆	Negociação de condições mais vantajosas	656
◆	Consórcios	657
◆	Regras sobre os locais de publicação dos avisos	659
◆	Prazos de intervalo mínimo	659
◆	Ressalvas à ampla publicidade	659
◆	Modos de disputa	660

◆ Tipos de licitações.....	661
◆ Contratos de eficiência.....	664
◆ Regras de desempate.....	665
◆ Procedimentos auxiliares das licitações.....	668
◆ Pré-qualificação permanente.....	668
◆ Cadastramento ou registros cadastrais.....	669
◆ Sistema de registro de preços.....	669
◆ Catálogo eletrônico de padronização.....	670
◆ Comissão de licitação.....	671
◆ Impedimentos.....	672
◆ Recursos.....	674
◆ Penalidades cabíveis.....	675
◆ Os contratos de <i>built-to-suit</i> na administração pública.....	676
▶ LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	678
◆ A Lei 13.303/2016 – Estatuto Jurídico das Empresas Estatais.....	678
◆ Aplicabilidade às empresas estatais prestadoras de serviços públicos.....	680
◆ Aplicabilidade às empresas estatais estaduais e municipais.....	681
◆ Hipóteses de dispensa de licitação.....	683
◆ Hipóteses de inexigibilidade de licitação.....	689
◆ Objetivos da licitação.....	694
◆ Conceitos de sobrepreço e superfaturamento.....	694
◆ Preferência pelo pregão.....	694
◆ Orçamento sigiloso.....	694
◆ Entidades impedidas de participar nos processos licitatórios.....	695
◆ Regulamentos internos.....	696
◆ Autoaplicabilidade dos dispositivos referentes a licitações e contratos.....	696
◆ Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93.....	697
◆ Modelos de contratação de obras e de serviços.....	700
◆ Impedimentos à participação nas licitações para obras e serviços de engenharia.....	701
◆ A remuneração variável.....	701
◆ Regime jurídico dos contratos celebrados pelas empresas estatais.....	719
◆ Matriz de riscos como cláusula essencial do contrato.....	719
◆ Duração contratual.....	720
◆ Responsabilidade do contratado pelos vícios na execução do contrato.....	721
CAPÍTULO 7	
AGENTES PÚBLICOS.....	727
▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	727
◆ Regras de acessibilidade.....	727
◆ Acessibilidade de brasileiros e de estrangeiros.....	727
◆ Requisitos de acesso.....	728
▲ Limitações formais.....	728
▲ Limitações materiais.....	729
▲ Idade, altura e sexo.....	730

▲ Inquéritos, procedimentos investigativos e ações penais em curso	730
▲ Psicotécnico.....	730
▲ Ações afirmativas.....	731
▲ Portadores de deficiência.....	731
▲ Tatuagens.....	733
◆ Princípio constitucional do concurso público e exceções	739
◆ Prazo de validade.....	741
◆ Precedência na convocação.....	741
◆ O procedimento do concurso público	741
▲ Etapa interna.....	741
▲ Etapa externa.....	742
◆ Consequências da aprovação.....	743
◆ Controle judicial dos concursos.....	745
◆ Aplicação da teoria do fato consumado.....	746
◆ Formas inconstitucionais de investidura por violação ao princípio do concurso público	747
◆ Posse em cargo público por determinação judicial e dever de indenizar	747
◆ Funções de confiança e cargos em comissão	759
◆ Direito de associação sindical.....	764
◆ Direito de greve	764
◆ Regime de contratação por tempo determinado.....	774
◆ Requisitos para a contratação temporária.....	775
▲ Lei que estabeleça os casos excepcionais de contratação temporária.....	775
▲ Necessidade temporária de excepcional interesse público.....	776
◆ Competência para processar e julgar demandas envolvendo contratos temporários	778
◆ Remuneração e subsídio	783
◆ Piso remuneratório constitucional	785
◆ Teto remuneratório	785
▲ Parcelas e espécies remuneratórias submetidas ao teto	786
▲ Quem se submete ao teto?.....	786
▲ Teto remuneratório e irredutibilidade de vencimentos.....	787
▲ Qual a base remuneratória para o teto?.....	788
▲ Acumulação de cargo público e teto remuneratório.....	789
▲ Remuneração e transparência.....	789
◆ Revisão geral anual.....	790
◆ Irredutibilidade	792
◆ Vedação de “efeito cascata”	793
◆ Requisitos para a acumulação.....	803
◆ Acumulação dos militares.....	806
◆ Acumulação de proventos e vencimentos	806
◆ Acumulação de proventos.....	807
◆ Acumulação decorrente de mandato eletivo	807
◆ Acumulação de cargos decorrente do exercício de mandato eletivo	813
◆ Regimes jurídicos funcionais	815
◆ Regime jurídico único.....	816
◆ Regimes previdenciários	820

◆ As reformas do regime de previdência dos servidores desde 1988.....	821
◆ Segurados.....	823
◆ Custeio.....	823
◆ Aposentadoria compulsória.....	825
◆ Aposentadoria por invalidez.....	826
◆ Aposentadoria voluntária.....	826
◆ Aposentadoria dos professores.....	827
◆ Aposentadoria especial.....	827
◆ Estabilidade.....	835
◆ Condições para a aquisição da estabilidade.....	836
◆ Perda do cargo pelo servidor estável.....	837
◆ Estabilização anômola ou constitucional.....	838
◆ Estágio probatório.....	838
◆ Disponibilidade e aproveitamento.....	838
▶ LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	840
◆ Âmbito de aplicação da lei 8.112/90.....	840
◆ Classificação dos agentes públicos.....	842
▲ Agentes políticos.....	842
▲ Particulares em colaboração.....	844
▲ Agentes de fato.....	845
▲ Empregados públicos.....	845
▲ Âmbito de aplicação do regime celetista e do regime estatutário.....	846
▲ Regime jurídico dos empregados públicos.....	846
▲ Competência para julgar as causas envolvendo empregados públicos.....	847
▲ Servidores públicos.....	848
▲ Contratados por tempo determinado.....	848
▲ Militares.....	848
◆ Função pública.....	854
◆ Cargo público.....	855
◆ Cargos em comissão e funções de confiança.....	855
◆ Classe, carreira e quadro funcional.....	855
◆ Criação, transformação e extinção de cargos públicos.....	856
◆ Provimento de cargo vago.....	860
◆ Investidura.....	860
◆ Concurso público, investidura e formas inconstitucionais de provimento.....	861
◆ Nomeação.....	872
◆ Promoção.....	872
◆ Posse.....	875
◆ Exercício.....	876
◆ Período de trânsito.....	876
◆ Regime de integral dedicação ao serviço.....	877
◆ Estágio probatório.....	879
▲ Período de estágio probatório.....	879

▲ Regime jurídico durante o estágio probatório	879
▲ Inabilitação em estágio probatório	880
▲ Estabilidade “no serviço” e estágio probatório “no cargo”	880
▲ Estágio experimental	881
◆ Readaptação	883
◆ Reversão	884
◆ Reintegração	886
◆ Recondução	891
◆ Disponibilidade	892
◆ Aproveitamento	893
◆ Vacância	894
◆ Remoção e redistribuição	898
◆ Remoção	899
◆ Deveres e proibições	943
◆ Acumulação	948
◆ Responsabilidade civil	950
◆ Responsabilidade penal	951
◆ Responsabilidade administrativa	952
◆ Incomunicabilidade das instâncias	952
◆ Poder disciplinar e discricionariedade	956
◆ Quadro esquemático das penalidades	958
◆ Advertência	960
◆ Suspensão	960
◆ Cancelamento do registro	961
◆ Demissão	964
◆ Cassação de aposentadoria ou disponibilidade	968
◆ Efeitos secundários das penas de demissão e destituição	969
◆ Abandono de cargo e inassiduidade habitual	971
◆ Prescrição da ação disciplinar	975
◆ Processo administrativo disciplinar em sentido amplo e suas espécies	977
◆ Sindicância	978
◆ Processo administrativo simplificado ou sumário	979
◆ Processo disciplinar em sentido estrito/propriamente dito	979
◆ Meios sumários e sua inconstitucionalidade	980
◆ Afastamento preventivo	983
◆ Comissão disciplinar	985
◆ Fase de instauração	987
◆ Prazo para a conclusão	988
◆ Inquérito	992
▲ Instrução	992
▲ Defesa	993
▲ Relatório	993
◆ Inconstitucionalidade do registro nos assentamentos funcionais em casos de prescrição ...	998
◆ Competência para julgamento e aplicação das sanções	999

◆ Prazo para o julgamento	999
◆ Não vinculação do relatório	1000
◆ Revisão	1002

CAPÍTULO 8

SERVIÇOS PÚBLICOS 1007

► LEI FEDERAL Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 1007

◆ Conceito de serviço público.....	1007
◆ Distinção com relação à regulação e fomento	1012
▲ As atividades privadas regulamentadas	1014
◆ Distinção com relação às atividades submetidas a monopólio	1016
◆ Formas de delegação de serviços públicos	1018
◆ Regularidade.....	1024
◆ Continuidade.....	1024
◆ Atualidade	1026
◆ Generalidade (ou universalidade).....	1026
◆ Cortesia	1026
◆ Modicidade	1027
◆ A remuneração do concessionário	1034
◆ A política tarifária	1037
◆ Direito ao equilíbrio econômico-financeiro	1037
◆ O prazo da concessão e possibilidade de prorrogação	1053
◆ Indicação dos bens reversíveis.....	1053
◆ As desapropriações e servidões necessárias à exploração do serviço público	1054
◆ A subcontratação	1063
◆ A cessão contratual	1063
◆ Os encargos do poder concedente	1069
◆ A intervenção	1073
◆ O decreto de intervenção	1073
◆ Hipóteses de extinção da concessão.....	1075
◆ Advento do termo contratual.....	1076
◆ A encampação.....	1076
◆ A caducidade.....	1076
◆ Extinção por iniciativa da concessionária	1076
◆ A permissão de serviços públicos.....	1081

► LEI FEDERAL Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 1084

◆ Âmbito de incidência da Lei nº 11.079/2004	1085
◆ Conceito de parceria público-privada	1086
◆ Hipóteses em que a celebração da PPP é vedada.....	1086
◆ Aplicação da Lei nº 8.987/95 às parcerias público-privadas.....	1090
◆ Dever de eficiência e de transparência	1092
◆ Indelegabilidade de funções típicas do Estado	1092
◆ Responsabilidade fiscal e sustentabilidade financeira.....	1094
◆ A repartição objetiva dos riscos.....	1094

◆ Critérios de avaliação do desempenho do parceiro privado	1100
◆ Compartilhamento dos ganhos econômicos com redução do risco de crédito.....	1100
◆ Possibilidade de retenção de pagamento	1101
◆ Atualização automática dos valores contratuais	1102
◆ Transferência de controle para financiadores.....	1103
◆ Emissão de empenho em nome dos financiadores	1103
◆ Direito dos financiadores à indenização.....	1104
◆ Formas de contraprestação do parceiro público.....	1107
◆ A figura do aporte de recursos.....	1108
◆ Contraprestação por parcela fruível.....	1109
◆ As garantias prestadas pelo poder público nos contratos de parcerias público-privadas	1110
◆ Modalidade única de licitação – a concorrência.....	1121
◆ Conveniência e oportunidade da opção pela parceria público-privada	1122
◆ Normas relacionadas à sustentabilidade financeira.....	1122
◆ Consulta pública.....	1123
◆ Licenciamento ambiental prévio	1123
◆ Autorização legislativa específica para concessões patrocinadas em mais de 70%	1124
◆ Possibilidade de inversão das fases da licitação	1129
◆ Novos critérios de julgamento	1129
◆ Lances em viva voz.....	1129
◆ Normas gerais e normas específicas	1131
◆ O órgão gestor de parcerias público-privadas federal	1131
◆ O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP	1133
◆ As garantias prestadas pelo FGP: o FGP poderá prestar as seguintes garantias.....	1135
◆ Hipóteses de acionamento do FGP	1135

CAPÍTULO 9

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 1139

► CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1139

◆ Responsabilidade civil do Estado.....	1139
◆ Evolução e teorias	1140
▲ Teoria da irresponsabilidade do Estado	1140
▲ Teoria da responsabilidade com culpa.....	1140
▲ Teoria da culpa anônima/culpa administrativa/falta do serviço (<i>faute du service</i>)	1140
▲ Teoria da responsabilidade objetiva.....	1141
▲ Evolução no direito brasileiro	1141
◆ Responsabilidade objetiva da administração e o art. 37, § 6ª da CF.....	1142
▲ Agentes do Estado	1143
▲ Sujeitos responsáveis pelas condutas comissivas	1143
▲ Responsabilidade dos notários e registradores	1144
▲ Responsabilidade objetiva em relação a terceiros não usuários do serviço público	1145
▲ Nexos de causalidade	1146
▲ Excludentes do nexos de causalidade	1146
▲ Caso fortuito/força maior	1147
▲ Dano indenizável.....	1148

◆ Responsabilidade subjetiva por omissão.....	1149
▲ Assaltos	1151
▲ Descumprimento de ordem judicial	1151
▲ Agressão de professores em sala de aula	1151
▲ Animais soltos em pistas.....	1152
▲ Atos de multidões	1152
▲ Eventos da natureza	1152
◆ Responsabilidade objetiva por omissão estatal – relações de custódia.....	1153
◆ Responsabilidade por atos lícitos.....	1154
◆ Responsabilidade decorrente de obras públicas	1155
◆ Responsabilização por atos de império	1155
▲ Responsabilidade por atos legislativos	1156
▲ Responsabilidade por atos judiciais	1156
◆ Ação de reparação de danos contra o Estado	1157
▲ Legitimidade passiva – tese da dupla garantia	1157
▲ Denúnciação da lide.....	1158
▲ Prescrição	1158
◆ Ação regressiva	1158

CAPÍTULO 10

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... 1187

▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1187
◆ Intervenção do Estado na propriedade	1187
◆ Previsões constitucionais	1188
◆ Fundamentos.....	1188
◆ Modalidades de intervenção	1189
◆ Limitações administrativas.....	1190
◆ Esquematização das intervenções não supressivas	1191
◆ Desapropriação.....	1194
◆ Espécies de desapropriação e previsão legal.....	1194
◆ Desapropriação judicial indireta ou expropriação social	1194
◆ Desapropriação quilombola	1196
◆ Requisição.....	1198
▲ Conceito e previsão legal	1198
▲ Espécies.....	1199
▲ Indenização	1199
▲ Controle judicial.....	1199
◆ Desapropriação sancionatória urbanística	1203
◆ Desapropriação sancionatória rural	1206
◆ Competência privativa da união	1206
◆ Desapropriação de imóvel rural pelos estados e municípios	1206
◆ Função social da propriedade rural.....	1207
◆ Justa e prévia indenização em Títulos da Dívida Agrária – TDA.....	1208
◆ Isenção de impostos	1208
◆ Procedimento expropriatório.....	1209

◆ Tombamento	1213
▲ Patrimônio cultural	1213
▲ Diferenças entre tombamento e registro	1213
▲ Competência	1214
▲ Instituição do tombamento	1215
▲ Tombamento constitucional	1215
▲ Espécies	1215
◆ Desapropriação sancionatória confiscatória	1218
▲ Conceito e espécies	1218
▲ Regulamentação e procedimento	1219
▲ O confisco recai sobre área efetivamente cultivada ou sobre a totalidade do imóvel? ...	1220
▲ Natureza da responsabilidade do proprietário de terras com cultivo ilegal de plantas psicotrópicas para fins de expropriação	1220
▲ Irrelevância da habitualidade do uso do bem	1220
▶ DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1222
◆ Objeto da desapropriação	1222
◆ Desapropriação de bens públicos pertencentes aos entes federados	1223
◆ Desapropriação de bens pertencentes à administração indireta	1223
◆ Competência	1224
▲ Legislativa	1224
▲ Declaratória	1224
▲ Executória	1225
◆ Desapropriação por zona ou extensiva	1230
◆ Utilidade, necessidade e interesse social	1232
◆ Finalidade da desapropriação	1232
▲ Controle judicial da finalidade da desapropriação	1232
▲ Tredestinação	1233
▲ Tredestinação ilícita e retrocessão	1233
◆ Procedimento de desapropriação	1239
◆ Fase declaratória	1239
▲ Controle judicial	1239
▲ Efeitos	1240
▲ Caducidade	1240
◆ Fase executória	1241
◆ Ação de desapropriação	1243
◆ Imissão provisória na posse	1244
◆ Depósito prévio	1245
◆ Efeitos da imissão provisória	1245
◆ Juros moratórios e compensatórios	1246
◆ Limites da contestação – vícios do processo e preço	1248
◆ Direito de extensão	1248
◆ Indenização justa, prévia e em dinheiro	1250
▲ Indenização justa	1250
▲ Juros compensatórios	1251
▲ Juros moratórios	1252

▲ Atualização monetária.....	1252
▲ Honorários	1253
▲ Indenização em dinheiro.....	1253
◆ Consumação da desapropriação.....	1258
◆ Desapropriação indireta	1260
◆ Prescrição da ação de desapropriação indireta.....	1261
◆ Ocupação temporária.....	1263
◆ Servidão administrativa.....	1265
▲ Conceito e diferenciações	1265
▲ Formas de instituição.....	1266
▲ Indenização	1267
▲ Extinção.....	1267
▶ LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	1273
▶ DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	1275
◆ Patrimônio cultural brasileiro	1275
◆ Efeito declaratório do tombamento e proteção judicial diante da omissão do poder público	1276
◆ Objeto do tombamento	1277
◆ Tombamento de ofício.....	1279
◆ Obrigações impostas ao proprietário e restrições sobre o bem.....	1282
◆ Obrigações impostas ao IPHAN.....	1283
◆ O que não é efeito do tombamento?	1283
◆ Efeitos do registro cartorário	1285
◆ Condicionantes à alienação	1285
◆ Limitação de saída do país.....	1286
◆ Proibição de destruição, demolição ou mutilação.....	1287
◆ Restrições ao entorno/vizinhança da coisa tombada.....	1288
◆ Responsabilidade para arcar com os custos de conservação.....	1289
◆ Destombamento.....	1289
◆ Direito de preferência.....	1291
CAPÍTULO 11	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	1293
▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1293
◆ Noção introdutória	1293
◆ Classificações.....	1294
▲ Controle interno e externo	1294
▲ Controle por subordinação e por vinculação.....	1296
▲ Controle de legalidade e de mérito	1296
▲ Controle prévio, concomitante e posterior.....	1299
▲ Controle legislativo, administrativo e judicial	1299
◆ Sistema de jurisdição dual e sistema de unidade de jurisdição.....	1300
◆ Julgamento das contas de prefeitos	1304
◆ Extinção de Tribunal de Contas Municipal.....	1305

◆ Controle legislativo.....	1309
▲ Controle interno realizado pelo poder legislativo.....	1309
▲ Espécies de controle externo.....	1309
▲ Principais casos de controle político a cargo do poder legislativo (controle parlamentar direto).....	1310
▲ Hipóteses de controle parlamentar direto não admitidas pelo STF.....	1311
◆ Controle financeiro.....	1316
◆ Posição constitucional do tribunal de contas.....	1320
◆ Competências do tribunal de contas.....	1321
▲ Competência para apreciar e julgar contas. (art. 71 inc. I e II).....	1321
▲ Competência para sustar a execução de atos administrativos.....	1322
▲ Competência para apreciar a constitucionalidade de leis e de atos do poder público....	1323
▲ Apreciação da legalidade, para fins de registro, de ato de admissão de pessoal e da concessão de aposentadorias, reformas ou pensões.....	1323
▲ O ato complexo de concessão de aposentadorias, reformas e pensões.....	1324
▲ Súmula vinculante 3 do STF.....	1324
▲ Processos perante o TCU submetidos ao contraditório e à ampla defesa.....	1324
▲ Exceção à regra – processos não submetidos ao contraditório e à ampla defesa.....	1324
▲ Processos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão submetidos ao contraditório e à ampla defesa.....	1325
▲ Termo inicial para a contagem dos 5 anos.....	1325
▲ Inexistência de decadência do poder de anular aposentadorias, reformas e pensões ilegais.....	1326
▲ Hipótese de decadência do poder de anular aposentadorias, reformas e pensões ilegais.....	1326
▲ Hipóteses em que não há competência dos tribunais de contas.....	1327
► LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	1338
◆ Sujeitos passivos principais do ato de improbidade.....	1338
◆ Sujeitos passivos secundários.....	1338
◆ Entidades privadas beneficentes.....	1339
◆ Hipóteses controversas.....	1339
◆ Concessionários e permissionários.....	1339
◆ Sujeitos ativos do ato de improbidade.....	1342
◆ Árbitros.....	1342
◆ Aplicabilidade da Lei 8.429/92 aos agentes políticos (RCL. 2.138 e PET. 3.923).....	1343
▲ Ministros do STF.....	1344
▲ Membros do Congresso Nacional.....	1344
▲ Prefeitos.....	1344
▲ Vereadores.....	1345
▲ Governadores.....	1345
◆ Terceiros.....	1348
◆ Pessoas jurídicas.....	1349
◆ Natureza jurídica da indisponibilidade de bens.....	1352
◆ Espécies de medidas cautelares enumeradas na Lei 8.429/92.....	1352
◆ Legitimidade ativa.....	1352

◆ Pressupostos para a concessão da medida	1352
◆ Objeto da indisponibilidade de bens	1353
◆ Prazo para a propositura da ação principal	1354
◆ Espécies de atos de improbidade	1359
◆ Elemento subjetivo dos atos de improbidade	1359
◆ Tentativa	1361
◆ Improbidade e insignificância	1361
◆ Estudo da casuística dos atos de improbidade	1361
◆ Enriquecimento ilícito	1364
◆ Utilização indevida de bens públicos e do serviço de servidores/terceirizados	1364
◆ Evolução patrimonial desproporcional	1365
◆ Percepção de vantagens econômicas indevidas	1365
◆ Requisitos gerais do ato de improbidade do art. 10	1368
◆ Conceito de patrimônio público	1368
◆ Presunção do dano	1369
◆ Solidariedade	1370
◆ Enriquecimento de terceiros	1370
◆ Improbidade decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	1373
◆ Sanções	1374
◆ Legitimidade para a propositura da ação de improbidade	1374
◆ Eficácia da nova legislação	1374
◆ Requisitos gerais do ato de improbidade do art. 11	1374
◆ Cautela na aplicação do dispositivo	1375
◆ Conflitos de interesses no âmbito do poder executivo federal	1375
◆ Quadro de sanções	1382
◆ Natureza jurídica das sanções e independência das instâncias	1382
◆ Excepcionais hipóteses de comunicabilidade das instâncias	1384
◆ Reparação do dano ao erário	1385
▲ Perda de bens x ressarcimento	1385
▲ Solidariedade	1385
▲ Imprescritibilidade	1385
◆ Perda da função pública	1386
▲ Perda da função pública x cassação de aposentadoria	1386
▲ Agentes políticos	1387
◆ Multa	1387
◆ Suspensão dos direitos políticos	1388
◆ Inelegibilidade	1388
◆ Individualização e dosimetria	1389
◆ Natureza jurídica	1396
◆ Objeto	1396
◆ Aplicabilidade	1396
◆ Procedimento	1396
◆ Sanção	1397

◆ Sequestro	1398
▲ Conceito e semelhanças com a indisponibilidade de bens	1398
▲ Legitimidade	1399
▲ Objeto	1399
▲ Pressupostos	1399
◆ Prerrogativa de foro	1401
◆ Questões relacionadas ao FUNDEF/FUNDEB	1402
◆ Reexame necessário	1402
◆ Beneficiário da reversão dos bens	1407
◆ Execução provisória da sentença procedente	1408
◆ Cautelar pessoal de afastamento do agente público	1409
◆ Não confundir perda do cargo público com afastamento do agente público	1410
◆ Prescrição para os agentes com investidura temporária	1413
◆ Prescrição para os agentes com investidura definitiva	1413
▲ Prazo prescricional	1414
▲ Termo inicial	1414
◆ Coexistência da investidura temporária e definitiva	1414
◆ Prazo de prescrição para terceiros	1414
◆ Interrupção judicial da prescrição	1414
◆ Imprescritibilidade da sanção de ressarcimento ao erário	1415
▶ LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1421
◆ Conceito, histórico e previsão legal	1421
◆ Classificações	1422
◆ Cabimento do MS	1422
▲ Direito	1422
▲ Líquido e certo	1423
▲ Não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	1423
▲ Atos ilegais ou abusivos	1423
▲ Atos administrativos	1424
▲ Atos legislativos	1425
▲ Atos judiciais	1426
◆ Impetrante/legitimidade ativa para o mandado de segurança individual	1426
◆ Autoridade coatora, impetrado e legitimidade passiva	1427
▲ Conceito de autoridade	1427
▲ Autoridade coatora	1428
▲ Legitimidade passiva	1429
▲ Ato complexo e órgãos colegiados	1430
▲ Autoridade coatora federal	1430
◆ Autoridade coatora	1440
◆ Petição inicial	1440
◆ Indicação incorreta da autoridade coatora	1441
◆ Teoria da encampação	1441
◆ Extinção sem resolução de mérito e renovação do pedido	1441
◆ Comunicações à autoridade coatora e à pessoa jurídica	1444

◆	Liminar no mandado de segurança	1445
◆	Atuação do MP.....	1449
◆	Sentença.....	1450
▲	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	1450
▲	Improcedência do pedido.....	1450
▲	Procedência do pedido	1450
◆	Pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.....	1451
◆	Apelação, reexame necessário e execução provisória.....	1452
◆	Cabimento de agravo regimental.....	1456
◆	Mandado de segurança coletivo	1458
◆	Legitimidade ativa.....	1459
▲	Partidos políticos.....	1459
▲	Organização sindical, entidade de classe ou associações	1460
◆	Direitos tutelados.....	1461
◆	Efeitos da coisa julgada.....	1464
◆	Liminar	1464
◆	Prazo decadencial	1465
▶	LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1469
◆	Conceito	1470
◆	Objeto da ação civil pública	1470
◆	Patrimônio público.....	1472
◆	Ação civil pública e controle de políticas públicas	1473
◆	Não podem ser objeto de tutela em ação civil pública.....	1473
◆	Espécies de tutela	1476
▲	Tutela repressiva/ressarcitória	1476
▲	Tutela preventiva/inibitória	1477
◆	Natureza dos pedidos.....	1477
◆	Legitimidade ativa	1480
▲	Ministério Público.....	1480
▲	Defensoria Pública	1482
▲	Órgãos despersonalizados.....	1483
▲	Associações.....	1483
◆	Beneficiário da reversão dos bens	1491
◆	Extensão subjetiva da coisa julgada	1493
◆	Limitação territorial da eficácia da coisa julgada	1494
▶	LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1497
◆	Conceito e fontes normativas.....	1498
◆	Pessoas jurídicas potencialmente lesadas.....	1498
◆	Bens tutelados.....	1499
◆	Hipótese de cabimento	1499
◆	Legitimidade ativa	1500
◆	Legitimidade passiva e litisconsórcio passivo necessário.....	1505
◆	Posição processual da pessoa jurídica lesada.....	1505
◆	Espécies de tutela	1507

► LEI ANTICORRUPÇÃO – LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1511
◆ Internacionalização do combate à corrupção.....	1512
◆ A opção pelo direito administrativo sancionador.....	1513
◆ Responsabilização objetiva das pessoas jurídicas	1514
▲ Atos lesivos praticados no interesse ou benefício da pessoa jurídica.....	1515
◆ Responsabilização subjetiva das pessoas naturais	1515
◆ Sujeitos ativos dos atos lesivos	1516
▲ Sociedades empresárias ou sociedades simples	1516
▲ Sociedades não personificadas	1516
▲ Fundações e associações.....	1516
▲ Sociedades estrangeiras	1517
▲ Casos controvertidos.....	1517
◆ Responsabilidade por sucessão e operações societárias.	1517
▲ Limitação de responsabilidade no caso de fusão e incorporação.....	1518
▲ Transferência da responsabilidade pela obrigação de reparar o dano causado.....	1518
▲ Transferência da responsabilidade pela pena de multa.....	1519
◆ Responsabilidade solidária e ligações societárias.....	1519
◆ Sujeitos passivos dos atos lesivos	1523
▲ Administração pública nacional.....	1523
▲ Administração pública estrangeira e agente público estrangeiro	1524
◆ Atos lesivos.....	1524
◆ Independência das esferas de responsabilização administrativa e judicial	1527
◆ Multa.....	1528
▲ Base de cálculo.....	1528
▲ Dosimetria.....	1528
▲ Programas de integridade (<i>compliance</i>)	1530
◆ Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	1531
◆ Reparação integral do dano.....	1531
◆ Sanções administrativas não previstas na Lei.....	1532
◆ Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.....	1535
▲ Competência legislativa e regulamentação pelos estados e municípios.....	1535
▲ Instauração	1536
▲ Fase instrutória.....	1536
▲ Parecer do órgão de assistência jurídica.....	1537
▲ Julgamento.....	1537
▲ Concurso de atos lesivos e de infrações contra o microsistema de licitações e contratos administrativos.....	1537
◆ Desconsideração da personalidade jurídica	1537
◆ Acordo de leniência	1541
◆ Requisitos para a celebração	1541
◆ Competência para a celebração do acordo.....	1541
◆ Efeitos.....	1542
◆ Descumprimento do acordo.....	1542
◆ A MP 703, de 18 de dezembro de 2015	1543
▲ Requisitos para a celebração.....	1543

▲ Competência para a celebração.....	1543
▲ Efeitos	1544
▲ Esforços de coordenação dos atores potencialmente legitimados	1544
▲ Ampliação das repercussões do acordo em outras instâncias	1544
▲ Perda da eficácia da MP 703	1545
◆ Responsabilização judicial	1548
◆ Ação de responsabilização judicial.....	1549
◆ Sanções aplicáveis exclusivamente pelo judiciário	1549
◆ Omissão da autoridade competente para a promoção de responsabilidade administrativa	1549
◆ Prescrição.....	1551

CAPÍTULO 12

PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL 1553

▶ LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1553
◆ Processo ou procedimento.....	1553
◆ Competência para legislar sobre processo administrativo e âmbito de aplicação.....	1554
◆ Aplicação subsidiária da Lei 9.784/99 Aos demais entes federados	1555
◆ Aplicação subsidiária da Lei 9.784/99 Aos demais processos administrativos federais específicos	1555
◆ Finalidades do processo administrativo e direito fundamental a um devido processo administrativo com duração razoável	1555
◆ Órgão, entidade e autoridade	1556
◆ Princípios explícitos e implícitos	1559
◆ Princípios e critérios.....	1559
◆ Facultatividade da defesa técnica.....	1567
◆ Direito à tramitação prioritária.....	1567
◆ Início do processo e princípio da oficialidade	1573
◆ Necessidade de requerimento escrito.....	1573
◆ Legitimados.....	1575
◆ Competência administrativa.....	1577
◆ Natureza das normas de competência.....	1577
◆ Características	1578
◆ Delegação de competência	1578
◆ Impedimentos legais à delegação	1579
◆ Delegação no âmbito do executivo federal	1579
◆ Avocação de competência	1580
◆ Impedimentos e suspeição	1586
◆ Formas de intimação	1592
◆ Desatendimento de intimação	1593
◆ Intimação e nomeação em concurso público	1593
◆ Desnecessidade de intimação de atualização anual de taxas de terreno de marinha	1593
◆ Exclusão do REFIS.....	1593
◆ Vedação das provas ilícitas.....	1597
◆ Prova emprestada	1597

◆ Interceptação telefônica.....	1597
◆ Mecanismos de participação popular	1599
◆ Consulta pública.....	1599
◆ Audiência pública	1600
◆ Semelhanças e diferenças entre consulta e audiência pública.....	1600
◆ Ônus probatório	1602
◆ Intimação do interessado para acompanhar a produção da prova.....	1603
◆ Espécies de pareceres.....	1604
◆ Prazo para a emissão de parecer obrigatório	1605
◆ Consequências da não emissão de pareceres	1605
◆ Responsabilidade do parecerista	1605
◆ Poder geral de cautela.....	1607
◆ Dever de decidir	1608
◆ Mora administrativa e controle judicial	1609
◆ Motivo x motivação.....	1611
◆ Extensão do dever de motivar	1611
◆ O rol do art. 50.....	1611
◆ Características da motivação	1612
◆ Renúncia e desistência.....	1614
◆ Constitucionalidade da automática desistência e da renúncia motivada por propositura de ação judicial.....	1615
◆ Revogação e anulação (invalidação).....	1617
◆ Limites ao poder de revogar	1618
◆ Legalidade, segurança jurídica e proteção à confiança	1619
◆ Decadência do poder-dever de anular	1619
◆ Inexistência de decadência	1620
◆ Termo inicial para a contagem do prazo de 5 anos.....	1620
◆ Vigência do art. 54	1621
◆ Contraditório e ampla defesa	1621
◆ Súmula vinculante 3 do STF	1621
◆ Atos impeditivos da decadência	1621
◆ Pressupostos para a convalidação.....	1623
◆ Poder ou dever de convalidar?.....	1624
◆ Convalidação praticada por particular	1624
◆ Convalidação <i>ex ope temporis</i>	1624
◆ Recursos administrativos	1636
◆ Coisa julgada administrativa.....	1637
◆ Recurso hierárquico próprio e impróprio.....	1638
◆ Outros mecanismos de impugnação.....	1638
◆ Cabimento dos recursos.....	1639
◆ Efeito devolutivo e regressivo dos recursos administrativos	1639
◆ Inconstitucionalidade da exigência de caução	1639
◆ Princípio da pluralidade de instâncias.....	1642
◆ Efeito suspensivo dos recursos	1643

◆ Juízo de admissibilidade	1646
◆ Juízo de mérito e <i>reformatio in pejus</i>	1646
◆ Tabela de prazos	1651

CAPÍTULO 13

BENS PÚBLICOS 1653

▶ LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – CÓDIGO CIVIL 1653

◆ Diferenciações terminológicas	1653
◆ Conceito de bens públicos	1655
◆ Bens de empresas públicas e sociedades de economia mista	1655
◆ Afetação e desafetação	1657
◆ Bens de uso comum do povo	1661
◆ Bens de uso especial	1662
◆ Bens dominicais	1662
◆ Alienabilidade condicionada	1668
◆ Impenhorabilidade	1668
◆ Não onerabilidade	1669
◆ Imprescritibilidade	1671
◆ Impossibilidade do uso de possessórias contra o poder público	1672
◆ Uso de bens públicos	1676
◆ Autorização de uso	1678
◆ Permissão de uso	1679
◆ Concessão de uso	1680
◆ Outros instrumentos de direito público	1681
▲ A concessão de direito real de uso	1681
▲ Concessão de uso especial para fins de moradia	1682
▲ Cessão de uso	1682
◆ Enfiteuse/aforamento e ocupação	1683
▲ Enfiteuse/aforamento	1683
▲ Ocupação	1684

▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1690

◆ Terras devolutas	1691
▲ Conceito e titularidade	1691
▲ Processo de discriminação	1692
◆ Águas públicas	1693
◆ Terrenos reservados ou marginais	1693
◆ Ilhas	1694
◆ Mar territorial e recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva	1695
◆ Terrenos de marinha, acrescidos e praias	1696
▲ Conceitos	1696
▲ Utilização privativa de terrenos de marinha	1697
▲ Procedimento de demarcação dos terrenos de marinha	1698

◆ Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.....	1698
◆ Cavidades naturais subterrâneas, sítios arqueológicos e pré-históricos	1699
◆ Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1699
▲ Titularidade e natureza jurídica.....	1699
▲ Conceito e procedimento de demarcação.....	1700
▲ Indigenato.....	1700
▲ Usufruto das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1701
◆ Faixa de fronteira.....	1701